



Corrente Proletária ESTUDANTIL



#6 MAI/2011

Todos aos Congressos da UNE e da ANEL

Criar uma fração revolucionária para defender a unidade e varrer a burocracia!

Durante o Governo Lula/PT, aprofundou-se o processo de estatização e burocratização das organizações de massa, CUT e UNE. Este processo político que expressa o domínio do reformismo sobre os trabalhadores e juventude deve ser enfrentado com a criação de uma fração que varra as burocracias destes espaços, restaure a democracia interna e empunhe os métodos da classe operária.

Tal fenômeno serviu de justificativa para a que o PSTU propusesse a cisão das entidades CUT e UNE, alegando a impossibilidade de atuar por dentro de organismos tão burocratizados, governistas e anti-democráticos. Até 2002, porém, o PSTU defendia dentro e fora dos fóruns da CUT e UNE a eleição do próprio Lula. Estes são os ziguezagues do centrismo, uma hora se dissolvem no PT e outra aparecem com a política ultra-esquerdista do divisionismo.

Essa justificativa mascara o verdadeiro motivo que levou o PSTU a rachar os instrumentos de luta, disputando ano a ano as entidades contra as direções majoritárias e avaliando que tão cedo não comporia suas direções, o PSTU decidiu montar suas entidades paralelas, abandonando o combate contra as burocracias sindical e estudantil. É aparelhista a política do PSTU e não visa a mobilização. A reforma sindical que restringia a discussão com o governo às Centrais e não mais aos sindicatos e (por que não?) o dinheirinho do governo repassado do imposto sindical foram determinantes da política dos morenistas.

A Conlutas expressou a adaptação à reforma sindical, quando a tarefa era lutar contra a mesma no interior das

organizações de trabalhadores. A Conlute foi mera transposição mecânica desta política equivocada para o movimento estudantil. Não havia como justificar a divisão da CUT por ser governista e burocrática e ignorar que a UNE apresentava os mesmos problemas. Para isso até enfeitou o passado da UNE, dando como exemplos as campanhas nacionalistas de sua origem e até mesmo o Fora Collor.

A aventura divisionista começou em 2004, quando grupos encabeçados pelo PSTU passaram a defender a criação de novas entidades de trabalhadores e estudantes (Conlutas e Conlute) que organizassem a luta contra as medidas neoliberais (reforma da previdência, sindical, trabalhista e universitária) do primeiro governo Lula/PT que contava com o apoio das direções traidoras da CUT e da UNE.

Em 2006 foi convocado o primeiro CONAT (Congresso Nacional de Trabalhadores) que votou a ruptura com a CUT. Após dois anos, o segundo CONAT aprovou o estatuto da Conlutas e elegeu sua direção. A Conlutas fez um chamado à Intersindical para que esta participasse do congresso de formação da nova entidade. A Intersindical não pôde atender ao chamado frente ao rompimento de correntes importantes do PSol (MTL e MES) com a Conlutas. Se o PSol, direção majoritária da Intersindical, decidisse participar do CONAT isso poderia implicar em desmantelamento da Intersindical e diluição da política do PSol diante da maioria do PSTU na Conlutas.

O projeto para os estudantes, muito mais atrasado, teve início com um



Encontro Nacional de Estudantes (ENE) que debateu a cisão com a UNE de maneira até então informal. O projeto da Conlute não conseguia sair do papel, se a Conlutas era superestrutural, descolada dos interesses da base, a Conlute era, esta sim, uma casca vazia como seus entusiastas gostavam de tratar a UNE.

Em 2009, o PSTU e outras organizações decidiram fundar uma nova entidade, levantando para isso o Congresso Nacional dos Estudantes. Na verdade, não se tratava de fundar uma “nova” entidade, visto que se tratava do mesmo grupo que tinha construído a Conlute, a qual foi à falência por inanição, minguiu até a morte por não se constituir em uma verdadeira entidade de luta nacionalmente.

A política de ruptura com a UNE mostrou toda sua debilidade com a Conlute e agora o PSTU tenta desesperadamente dar vida à ANEL... mantendo a linha divisionista. Busca se fortalecer tentando arrastar o principal partido da oposição de esquerda da UNE, que é o PSol. É isso o que expressa o artigo de Jorge Badauri (PSTU), intitulado “O Congresso da ANEL é o lugar da esquerda da UNE”.

Em todo o texto o autor tenta justificar o título, rebatendo as acusações de que a

ANEL seja divisionista, aparelhada pelo PSTU e burocratizada. O tom de resposta se explica pelos ataques da oposição de esquerda ao 1º Congresso da ANEL, que se realizará de 23 a 26 de junho, no Rio de Janeiro. Entendemos a preocupação de Badauí: o que será da ANEL se não conseguir cooptar as correntes do partido de Heloísa Helena?

Nossa resposta: a tendência é que defina como a Conlute, mas não pela impossibilidade de arrastar o PSol. Vejamos apenas três das principais causas:

1) A incapacidade da ANEL em provocar um desligamento massivo de DCEs e demais entidades da UNE, o que significa dizer que não consegue retirá-las das mãos da UJS/PCdoB e do PT;

2) Não se constitui em uma fração revolucionária, sua política não se diferencia em essência das organizações reformistas, pelo contrário, sua relação de subordinação nas alianças com o PSol reforça a política reformista entre os estudantes;

3) Suas reivindicações estudantis são fragmentadas, não há programa. Apresentam um amálgama de bandeiras e resoluções, o que revela um alto grau de empirismo e tendência a incorporar reivindicações só para aproximar de forma oportunista agrupamentos e estudantes em geral.

O fundamental, no entanto, é que a ANEL não poderá prosperar devido ao fato de ser uma criação artificial do PSTU. Não devemos ser contra a divisão por princípio, pois podem existir momentos históricos específicos em que as bases estão caminhando para a ruptura e fundar uma nova entidade pode ser um elemento progressivo. Nem de longe a conjuntura era essa quando do anúncio da ruptura pelo partido de Badauí, assim

como hoje.

A UNE ainda dirige a maior parcela dos estudantes brasileiros, especialmente nas universidades pagas, que concentram 85% das vagas, atuando como defensora fiel do governo de Lula e agora de Dilma. Aprofundou a estatização da entidade ao se colocar, inclusive, como co-autora de alguns dos principais projetos educacionais de cunho privatista, a exemplo do Prouni. As correntes que dirigem a entidade se mantêm através de métodos burocráticos, os conselhos nacionais de entidades (de base e geral) são espaços que só reproduzem a política da direção, assim como acontece com seu congresso (Conune).

Entretanto, se essa é a situação em que se encontra a UNE, cumpre à vanguarda lutar a partir da base para expulsar da direção as correntes que conduziram a entidade a essa condição desfavorável. A tarefa é disputar o programa junto aos estudantes, e não se rastejar por detrás do PSol. Não se trata de compor uma oposição “de esquerda” (reformista) no interior da UNE, mas de constituir uma fração revolucionária, assentada no programa proletário de destruição do capitalismo e construção do socialismo.

Tal tarefa não pode se realizar aplicando uma política de divisão artificial dos estudantes e de criação de entidades paralelas. Com a rejeição ao trabalho no interior da UNE, o PCdoB e o PT ficam com as mãos mais livres para impor sua política. Nós, do POR, atuamos dentro e fora da UNE defendendo a luta anti-capitalista e por isso chamamos os estudantes a participar do 52º Conune, assim como a comparecer ao congresso da ANEL, defendendo a dissolução da mesma e o retorno à UNE, compondo uma fração revolucionária.

Participe dos Congressos com a Corrente Proletária

ANEL

23 a 26 de Junho, Seropédica-RJ

Inscrição de delegados até 22 de junho

UNE

13 a 17 de Julho em Brasília

Inscrição de delegados (calendário por universidade)

Venha discutir as nossas teses! Entre em contato: estudantil@pormassas.org

UFRN: Balanço político sobre a gestão do DCE

A direção majoritária do DCE está sob o controle do PT e trabalha como correia de transmissão das políticas governamentais para os estudantes. Nos últimos anos tem servido como freio para conter as lutas que levam ao choque com a burocracia universitária e governo federal. É uma direção que não assume a luta pelas demandas dos estudantes e está comprometida com a reitoria. Por esse motivo não pôde conduzir o movimento a conquista das reivindicações.

Em oposição, a chapa da qual fizemos parte foi organizada na luta contra o regulamento da graduação em 2010. Fizemos um chamado a todos os estudantes combativos para juntos organizarmos uma chapa que refletisse a defesa de um programa e a luta pelas reivindicações. O fruto desse trabalho foi a organização da chapa “Poder Estudantil” que conquistou um cargo na direção (que é proporcional) e atuou no campo da oposição às políticas do PT/PCdoB/PMDB.

Mesmo com apenas um cargo atuamos sistematicamente na luta em defesa das reivindicações, organizando debates, passagens em sala de aula, discutindo com os estudantes, trabalhando pela

reconstrução de CAs, junto aos trabalhadores e participando da Executiva do Fórum de luta contra o aumento das passagens de ônibus. Provamos aos demais grupos que é possível fazer oposição mesmo sendo minoritário e que não se justifica o abandono da entidade pela impossibilidade de definir sua linha política. Os grupos que abandonaram os cargos (PCdoB e PMDB) o fizeram porque seus interesses são unicamente aparelhistas.

Eleições online para o DCE

A comissão eleitoral, orientada politicamente pela direção majoritária do DCE (PT e “independentes”), aprovou no CEB do dia 27 as eleições online para a entidade. Não há mais independência política do movimento estudantil nas eleições do DCE. A contabilização dos votos não será mais uma tarefa da comissão eleitoral com os fiscais e membros das chapas, agora quem irá contabilizar os votos das chapas é “o sistema” supervisionado pela superintendência de informática, que está sob o controle da reitoria. Quem deve controlar o processo eleitoral para o DCE são os próprios estudantes e não a reitoria!

Por nenhuma ingerência da reitoria sobre as organizações!

Fracassa Congresso da UNESP

O Congresso de Estudantes das UNESP e FATEC que deveria ser realizado nos dias 21 e 22 de abril fracassou. Poucos estudantes compareceram e nem todos os campi escolheram delegados. O Congresso não aconteceu por falta de quórum e foi transformado numa plenária.

Qual a razão do fracasso? O escasso comparecimento e a não escolha de delegados é o resultado da adaptação da LER-QI ao atraso dos grupos anarquistas e anti-partidários. A adaptação liquidadora da organização estudantil se traduziu na defesa que esta corrente fez até o ano passado da composição do DCE por delegados eleitos nos campi, sem qualquer definição programática e à margem de toda luta política. Isso resultou na conformação de um DCE impotente para dar respostas aos inúmeros problemas que os estudantes enfrentavam, mas, permitia à LER-QI aparelhar a entidade e aparecer nos fóruns nacionais e estaduais como representante dos estudantes da UNESP-FATEC alinhados às posições do PSTU na mal fadada Conlute e agora na ANEL.

Agora que o congresso deveria eleger a nova direção mediante a disputa de chapas, só se inscreveu a chapa da LER-QI, mas, além do Congresso não ser preparado, prevaleceu a dispersão semeada no período anterior e o escasso engajamento dos estudantes impediu o congresso.

Não é por falta de motivos para a organização estudantil que o Congresso não aconteceu. Pelos informes dados na plenária, em quase todos os campi há muitos problemas e ressalta a investida da burocracia universitária contra o movimento estudantil e de funcionários. Está também em pleno vigor a política privatista

que avança implacável em todas as universidades estaduais de São Paulo. Portanto, se faz necessário superar a dispersão e o corporativismo, afinal, enfrentamos governos que, apesar das diferenças, atuam organizados e centralizados sobre a política de destruição do ensino público.

Na plenária realizada em lugar do congresso fracassado prevaleceu, mais uma vez, o interesse aparelhista da LER-QI. Encaminhou-se que o DCE da UNESP participará do congresso da ANEL com delegados, mas, do congresso da UNE só com observadores que quiserem participar. Opõe-se desta forma, à deliberação do Congresso de outubro de 2010 que decidiu pela participação em ambos sem discriminar.

Para superar a atual dispersão a que foi condenado o ME da UNESP é necessário por em pé uma corrente proletária estudantil, que desenvolva a política do proletariado no seio dos estudantes. Esta corrente só pode se estruturar sobre a base de um claro programa que defenda o ensino público e gratuito em todos os níveis, o acesso a educação e trabalho para toda a juventude, a estatização de todo o sistema privado de ensino e, nessa medida, se oponha revolucionariamente a toda política privatista desenvolvida pelas burocracias universitárias e pelo governo do Estado de São Paulo. Estas bandeiras estão indissolúvelmente vinculadas à estratégia do governo operário e camponês – ditadura do proletariado –, ou seja, não se colocam como ilusões passíveis de serem realizadas pelo apodrecido estado brasileiro, mas como alavancas destinadas a impulsionar a luta da juventude pelo socialismo.

USP Leste: contra o corte de vagas e o fechamento de cursos

Novos cursos na USP Leste (EACH), um pela Poli e outro pela FEA podem implicar em substituição de cursos, como parece estar certo no caso de Gestão de Políticas Públicas. Mas também na possível transferência do curso de Engenharia da Computação, hoje funcionando no campus Butantã, entre outras mudanças.

A EACH vem de uma mobilização muito importante contra o fechamento de vagas e do curso de obstetrícia, que chegou a entrar em greve. Um documento da burocracia universitária, que ficou conhecido como Relatório Melfi, veio à tona e revelou o conteúdo privatista, elitista e reacionário das mudanças pretendidas para a unidade.

O tal relatório estava em harmonia com a proposta de reforma curricular divulgada pela reitoria no final do ano passado. Reforma que viria no sentido de priorizar as pesquisas ditas “operacionais”, leia-se determinadas pelas demandas do mercado, reproduzindo e aprofundando o caráter de classe da universidade, servindo aos interesses da burguesia.

A mobilização, no entanto, vem sofrendo um revés. A campanha da direção (DCE - PSol) de que houve uma vitória “contundente” na EACH não serve pra nada. O adiamento de algumas medidas não significa vitória, e sim que a burocracia está testando a capacidade dos estudantes de se manterem mobilizados.

E agora, o que se poderá fazer diante da possibilidade de novos ataques, se a gestão do DCE já proclamou sua vitória “contundente” aos quatro ventos? O que restaria fazer, se agora os estudantes já voltaram às suas rotinas de provas e trabalhos? A política auto-proclamatória do DCE torna-se obstáculo real, anestesiando a revolta estudantil e abrindo caminho para nova ofensiva da burocracia.

Não é isso o que vemos acontecer agora com o curso de Gestão de Políticas Públicas? Mais do que nunca, fica claro que o avanço dos estudantes em sua luta depende da superação da política do DCE.



Os trabalhadores terceirizados do setor de limpeza da União realizaram uma luta heróica em defesa de seus salários e contra a precarização do trabalho em geral. Isso num momento em que aproximadamente cem mil operários no Brasil, como em Jirau e Suape, saíram às ruas contra as péssimas condições de trabalho a que são submetidos. Defendemos a continuidade da luta e por isso participamos do comitê formado para esse fim, o qual gira em torno das bandeiras de: efetivação imediata, sem necessidade de concurso; contra a terceirização e pela igualdade de salários e direitos para trabalhos iguais.



Contra a divisionismo aventureiro

Publicamos trechos de documentos da Terceira Internacional e de Trotsky que são uma contundente defesa da unidade dos trabalhadores e das organizações de massa. Em um momento em que a política aventureira do PSTU (que se diz trotskista) de romper com a CUT e com a UNE já mostra seus equívocos vale a pena aprender com os clássicos do marxismo. A criação de uma fração anti-burocrática no interior da CUT e da UNE é urgente! Romper só deixa os burocratas com as mãos livres para continuarem bloqueando a organização independente dos trabalhadores e juventude.

Teses sobre a ação comunista no movimento sindical

Apresentado no Quarto Congresso da III Internacional, novembro de 1922.

VI – A luta pela unidade sindical

21 – A bandeira da Internacional Comunista (contra a cisão sindical) deve ser aplicada tão energeticamente como antes, apesar das furiosas perseguições a que os reformistas de todos os países submetem os comunistas. Os reformistas querem prolongar cisões valendo-se das expulsões. Perseguindo sistematicamente os melhores elementos dos sindicatos, esperam desanimar os comunistas, alijá-los dos sindicatos e fazê-los abandonar o plano profundamente meditado da conquista dos sindicatos desde dentro pronunciando-se pela cisão. Porém os reformistas não o conseguirão.

22 – A cisão do movimento sindical, sobretudo nas condições atuais, representa o maior perigo para o movimento operário em conjunto. A cisão nos sindicatos operários faria retroceder a classe operária em vários anos, pois a burguesia poderia então retomar facilmente as conquistas mais elementares dos operários. Os comunistas devem impedir a qualquer preço a cisão sindical. Por todos os meios, com todas as forças de suas organizações devem obstaculizar a criminoso pressa com que os reformistas rompem a unidade sindical.

23 – Nos países onde existem paralelamente duas centrais sindicais nacionais (Espanha, França, Tchecoslováquia, etc), os comunistas devem lutar sistematicamente pela fusão das organizações paralelas. Dado o objetivo da função dos sindicatos atualmente cindidos, não é conveniente separar os comunistas isolados dos operários revolucionários, dos sindicatos reformistas, transferindo-os aos sindicatos revolucionários. Nenhum sindicato reformista deve ficar desprovido de fermento comunista. O Trabalho ativo dos comunistas nos sindicatos é uma condição para o restabelecimento da unidade destruída.

24 – A preservação da unidade assim como o restabelecimento da unidade destruída só são possíveis se os comunistas levam adiante um programa prático para cada país e cada setor da indústria. No âmbito de um trabalho prático, de uma luta prática, é possível agrupar aos elementos dispersos do movimento operário e criar, em caso de uma cisão sindical, as condições propícias para assegurar sua unificação orgânica. Cada comunista deve ter presente que a cisão sindical é não somente uma ameaça para as conquistas imediatas da classe operária mas sim também uma ameaça para a revolução social. As tentativas dos reformistas de cindir os sindicatos devem ser sufocadas radicalmente, o que poderá obter com a ajuda de um enérgico trabalho organizativo e político com as massas operárias.

A questão da unidade sindical - parte 1

Leon Trotsky, 25 de março de 1931.

Para um Partido Comunista todas essas organizações [*de massa: sindicatos, sovietes, cooperativas*] são, sobretudo, um campo propício para a educação revolucionária de amplos setores operários e para o recrutamento dos operários mais avançados. Quanto mais amplas massas abarca uma determinada organização, maiores são as possibilidades que oferece à vanguarda revolucionária. É por isso que, geralmente, não é a ala comunista mas sim a reformista que toma a iniciativa de dividir as organizações de massa.

[...] Todo revolucionário que não tenha perdido contato com a realidade deve reconhecer que a criação de frações comunistas nos sindicatos reformistas é uma tarefa de grande importância.

[...] Como conciliar, então, uma atitude assim de nossa parte para com as organizações proletárias dirigidas pelos reformistas com a nossa caracterização do reformismo como ala esquerda da burguesia imperialista? Isso não é uma contradição formal, mas dialética, ou seja, que surge da própria dinâmica da luta de classes. Uma parte considerável da classe operária (em muitos países a maioria) rejeita a nossa caracterização do reformismo. Em outros nem ao menos se colocou a questão. O problema consiste precisamente em levar as massas a conclusões revolucionárias com base nas nossas experiências em comum com elas.

Dizemos aos operários não comunistas ou anticomunistas: “Hoje, ainda confiais nos dirigentes reformistas que nós consideramos traidores. Não podemos nem queremos impor nosso ponto de vista pela força. Queremos vos convencer. Tentemos então lutar juntos e examinemos os métodos e os resultados dessas lutas”. Isso quer dizer: total liberdade para formar grupos dentro dos sindicatos unificados em que a disciplina sindical exista para todos.

[...] Não nos custará muito caro à liquidação do grupo de palacianos? Poder-se-ia objetar que no caso de os reformistas aceitarem um congresso um congresso de unificação os comunistas poderiam ficar em minoria e a CGTU teria que ceder o passo a CGT.

Semelhante colocação só pode ser convincente para um burocrata sindical de esquerda que luta pela sua “independência” perdendo de vista as tarefas e as perspectivas do conjunto do movimento operário. A unidade das duas organizações sindicais, ainda quando a ala revolucionária permanecesse em minoria por algum tempo, logo demonstraria ser favorável ao comunismo. A unificação das confederações acarretaria um grande fluxo de novos membros. [...] Aproveitando essa nova onda, a ala esquerda poderia começar uma batalha decisiva para conquistar a confederação unitária. Somente os sectários ou os funcionários podem preferir uma maioria segura numa confederação sindical pequena e isolada em vez dum trabalho de oposição numa organização ampla e realmente massiva; nunca os revolucionários proletários.